

REPRESENTAÇÃO MUNICIPAL

Moção

“Por um pós-pandemia justo e sustentável”

A grave crise de saúde pública que nos manteve confinados em estado de emergência até dia 2 de Maio provocou disrupções significativas nos modos de vida da nossa sociedade, tendo esta “corona-crise” revelado, de forma branda, como será o nosso futuro se não mudarmos o modo como nos relacionamos com o nosso planeta, se não abordarmos com coragem e objectivos ambiciosos a emergência climática que temos pela frente.

Essa emergência climática, para a qual a comunidade científica alerta há décadas, não poderá ser esquecida no pós-pandemia, quando começarmos a recuperar o nosso tecido económico e social, que sofreu os efeitos secundários do remédio que encontramos para fazer face à crise de saúde pública causada pelo vírus da Covid-19.

A história diz-nos que, após situações como esta, a tendência humana é para tentar recuperar a economia a todo o custo, assente numa produção extractivista desenfreada, que não olha a meios e despreza as preocupações ambientais e sociais. Todavia, desta vez lidamos com várias crises em simultâneo – económica, social e ecológica –, e repetir a fórmula de sempre não é uma opção. Não podemos repetir os erros do passado.

Por isso, o investimento a fazer já nos próximos meses deve estar claramente balizado, e não deverá ser aplicado de forma indiscriminada a todos os sectores de actividade, pois, para ganharmos resiliência, criarmos sustentabilidade e promovermos a justiça social e a solidariedade intergeracional, teremos de fazer opções claras que acelerem a transição ecológica – priorizando políticas ambientais e de combate às alterações climáticas –, bem como uma forte aposta nos serviços públicos e nos bens comuns. Isto, claro, sem nunca esquecer valores como a democracia, a liberdade e a justiça.

A retoma económica tem de priorizar os compromissos com o Pacto Ecológico Europeu e o Acordo de Paris, a proteção da biodiversidade e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Impõem-se a fiscalidade sobre os recursos naturais do planeta e o desinvestimento em atividades sem alinhamento com a sustentabilidade e o bem-estar social.

É fulcral desconstruir a imagem errada de que proteger o planeta impede o crescimento económico, até porque as provas estão à vista: segundo o Instituto Nacional de Estatística, em 2017, o sector dos bens e serviços ambientais, crítico para uma recuperação justa e sustentável, registava, em Portugal, taxas de crescimento superiores às da economia nacional no emprego (3,7% contra 3,4%) e nas exportações (20,0% contra 11,6%). E, de acordo com dados da Organização Internacional do Trabalho, em

toda a Europa, entre 2000 e 2015, a taxa de crescimento dos empregos verdes foi sete vezes maior do que a verificada nos outros sectores da economia.

A aposta terá, então, de passar pelas energias renováveis limpas e pela eficiência energética, assim como pela aplicação de taxas ambientais sobre a emissão de carbono, os pesticidas, o plástico ou o querosene (taxa da aviação). Por contraposição à dependência excessiva dos mercados externos, urge um investimento na produção local, orgânica e sustentável, além da definição de metas de redução do consumo de carne, estimulando, paralelamente, o consumo de proteínas vegetais. Similarmente, há que investir na redução da dependência de pesticidas e fertilizantes sintéticos e na descarbonização da economia, com particular ênfase nos meios de transporte com impactos significativos na poluição atmosférica e nas alterações climáticas.

Este é um sentimento que encontra eco na sociedade civil, como demonstra, por exemplo, o “Manifesto por uma Recuperação Económica Justa e Sustentável em Portugal”, divulgado no passado dia 20 de Abril e subscrito por um conjunto de pessoas e organizações das mais variadas áreas de atuação (combate à pobreza, conservação da natureza, mobilidade, energias renováveis, direitos humanos, produção florestal, economia do mar, agricultura familiar, soberania e segurança alimentar e nutricional).

Como tal, a Assembleia Municipal de Setúbal, reunida no dia 7 de Maio de 2020, delibera:

1. Instar as instituições europeias a priorizar os compromissos com o Pacto Ecológico Europeu e o Acordo de Paris, a proteção da biodiversidade e políticas que fomentem a concretização dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável;
2. Exigir ao Conselho de Ministros e à Assembleia da República que trabalhem no sentido de reforçar o estado social, em particular a segurança social, a saúde e a justiça, não deixando ninguém para trás.
3. Saudar os subscritores do “Manifesto por uma Recuperação Económica Justa e Sustentável em Portugal” e todas as pessoas e entidades que têm defendido mudanças claras no sentido de políticas mais justas, sustentáveis e respeitadoras da vida no planeta.

Setúbal, 07 de maio de 2020

Pessoas - Animais – Natureza



Suzel Costa

Remeter a: Comissão Europeia, Conselho de Ministros, Grupos Parlamentares no Parlamento Europeu, Grupos Parlamentares na Assembleia da República e Órgãos de Comunicação Social.